

OS CENTROS DE GESTÃO E SEU ESTUDO*

Roberto Lobato Corrêa**

Os estudos sobre os centros de gestão das atividades econômicas foram, a partir da década de 60, progressivamente mais numerosos. O aumento do número destes estudos traduz, sem dúvida, o reconhecimento da importância crescente da concentração espacial das atividades de controle e decisão, e a simultânea dispersão das unidades produtivas que refletem, por sua vez, a progressiva importância das corporações multifuncionais e multilocalizadas, bem como a magnitude da concentração-centralização do capital, da acumulação capitalista e de seus centros de gestão.

O processo de concentração-dispersão da produção, paralelo à concentração-centralização do capital, afetou o poder econômico e político de diversas burguesias regionais sediadas em centros urbanos que tiveram eclipsado ou diminuído seus papéis como pontos focais da gestão do território. Isto suscitou o interesse de se estudar as cidades como centros de controle e decisão das atividades econômicas. Os estudos empreendidos não são, em sua grande maioria, críticos, mas colocaram em evidência um aspecto fundamental da dinâmica do capita-

lismo, aí incluída as repercussões no que se refere ao controle e decisão das atividades, possibilitando extrair deles valiosas informações sobre a temática em pauta.

Possivelmente, o primeiro estudo explícito sobre o tema foi o de Labasse, publicado em 1955, que focaliza o papel da cidade francesa de Lyon como centro de gestão das atividades do Banco Crédit Lyonnais. Sua expansão econômica e territorial a partir do Século XIX transformou Lyon em centro de gestão de ampla hinterlândia. A magnitude de sua atuação fez Juillard referir-se a ela, e a outras cidades do gênero, como *villes urbanisantes*, capazes de criarem atividades em suas respectivas áreas de atuação e de urbanizarem o campo.

É com Gottmann que o tema passa a ter alguma sistematicidade. De fato, a expressão "atividades quaternárias", criada por ele, implica um refinamento conceitual, pois desagrega do setor terciário as atividades vinculadas ao controle e decisão da vida econômica e política.

Os estudos, considerando o conjunto de centros urbanos de um dado país, focalizam o tema segundo duas vias principais. De um

* Recebido para publicação em 25 de agosto de 1989.

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

lado, consideram a importância dos diferentes centros urbanos em termos de decisão e controle, medida através do número de sedes sociais que concentram e do montante de capital fixo que controlam: os setores controlados (indústria, comércio, bancos etc.) são discriminados e, na maioria dos casos, considera-se a variação temporal da função de gestão em dois ou mais momentos do tempo.

Entre os estudos, segundo esta via de abordagem, incluem-se os estudos de Pred relativo ao papel dirigente das cidades norte-americanas nos anos de 1960 e 1972, o de Strickland e Aiken em relação às cidades da Alemanha Ocidental nos anos 1950, 1960, 1970 a 1982, o de Taylor e Thrift para as cidades australianas nos anos de 1953, 1963, 1973 e 1978, e o de Cordeiro para as cidades brasileiras e referentes aos anos de 1968 e 1984.

De outro lado, está a abordagem que considera o papel de gestão das cidades através de sua atuação espacial, medida pela localização das filiais e pelo número de empregados localizados no espaço de ação das sedes sociais das empresas, e delas dependentes. É do estudo de Fillâtre, comentado por Rochefort e Hautreux, que emerge o conceito de "assalariados externos", isto é, os empregados que trabalham em estabelecimentos (fábrica, filial varejista, agência bancária etc.) pertencentes a uma empresa cuja sede social está localizada em outro lugar que o do estabelecimento: os empregados das agências de Salvador, Recife e Fortaleza, por exemplo, do Banco Itaú S.A., sediada em São Paulo, são assalariados externos da metrópole paulista.

Entre os estudos no âmbito desta abordagem, estão aqueles realizados por Corrêa, que analisa as metrópoles brasileiras segundo seus assalariados externos industriais, e o já mencionado trabalho de Pred, onde é estimado o número de empregos controlados pelas cidades norte-americanas nos mais diferentes lugares,

Os estudos realizados, tanto em uma abordagem como em outra, apresentaram resultados que, tendo em vista contribuir para a compreensão do tema, merecem ser comentados. Primeiramente abordar-se-á aqueles referentes a diversos países e, em seguida, os que analisaram o Brasil.

OS ESTUDOS EM OUTROS PAÍSES

O grau de concentração espacial do poder de decisão e controle nos diferentes países é muito variável. Há países onde ele é enorme, como se exemplifica com os casos da França e Inglaterra. Assim, segundo Pred, Paris, a capital francesa, concentrava em 1965 a sede de 90 das 100 maiores organizações industriais, 36 das 50 maiores varejistas e atacadistas, e 19 dos 30 maiores bancos comerciais, enquanto o segundo mais importante centro de gestão, Lille-Roubaix, controlava, do universo de 180 organizações, apenas seis, e Lyon, o terceiro, somente cinco. Em menor proporção, mas ainda revelando um forte grau de concentração, está a Grã-Bretanha: Londres sediava em 1971-1972, 532 das 1 000 maiores organizações industriais e de serviços, uma grande diferença para as 66 organizações controladas por Birmingham e as 45 de Manchester, respectivamente o segundo e terceiro centros de controle e decisão (Pred).

Em outros países, a concentração espacial é grande, porém razoavelmente dividida entre duas grandes metrópoles. O exemplo australiano é, neste sentido, notável. Considerando as 100 maiores empresas do país, Taylor e Thrift mostraram que entre 1953 e 1978 as metrópoles e Sydney e Melbourne controlavam entre 87 e 91 dessas empresas, verificando-se, durante o período, uma progressiva maior importância da primeira sobre a segunda enquanto centro de gestão.

Países como a Alemanha Ocidental apresentam, ao contrário, uma forte dispersão no que se refere às atividades de direção e controle. Esta dispersão tem apresentado uma forte persistência ao longo do tempo, não possibilitando que nenhum centro aparecesse como o principal foco de gestão das atividades econômicas: o maior deles, Hamburgo, sediava apenas 10% das 500 maiores empresas do país. Contudo, entre 1950 e 1982, os cinco maiores centros de gestão passaram a controlar, em conjunto, um maior número das empresas mais importantes. O quadro a seguir, extraído de Strick-

QUADRO 1
NÚMERO DE EMPRESAS CONTROLADAS PELOS CINCO MAIORES CENTROS DE
GESTÃO DA ALEMANHA OCIDENTAL: 1950 A 1982

REGIÕES METROPOLITANAS	NÚMERO DE EMPRESAS CONTROLADAS			
	1950	1960	1970	1982
TOTAL	164	168	180	189
Hamburgo	40	42	43	50
Frankfurt	29	30	44	42
Dusseldorf	33	38	43	40
Munich	33	22	28	31
Essen	29	36	22	26

FONTE — Strickland e Aiken, 1984.

land e Aiken, indica a importância das cinco maiores regiões metropolitanas em relação ao controle das 500 maiores empresas.

No caso norte-americano, os estudos foram mais detalhados, envolvendo, no conjunto, um período de tempo que se estende de 1920 a 1980. Além do já mencionado trabalho de Pred, merecem menção, entre outros, os de Borchert, Goodwin, Semple e Phipps, e Semple, Martz e Green. Os resultados obtidos revelam enorme complexidade no que se refere à espacialidade da função de decisão e controle e sua dinâmica. Podem ser assim sumariados:

a) A função de decisão e controle das atividades econômicas é eminentemente metropolitana, ainda que não exclusiva. New York é o mais importante centro de gestão das atividades, ainda que não apresente uma poderosa concentração como ocorre com Paris e Londres. Segundo Pred, das 1 000 maiores empresas industriais do país em 1972, a metrópole nova-iorquina sediava 255, sendo seguida por Chicago com 99, Los Angeles com 46, Cleveland-Akron com 41 e Philadelphia com 33. Sediando entre 10 e 30 empresas havia 10 centros metropolitanos, enquanto que com até nove empresas industriais havia 37 outros centros. Por outro lado, 171 das 1 000 maiores empresas industriais estavam sediadas em centros com população inferior a 500 000 habitantes.

O mesmo se pode dizer da gestão das atividades do setor terciário: New York sediava 72 das 300 maiores, Chicago 27, Los Angeles 22 e Philadelphia 17;

b) Verificou-se uma relativa descentralização do poder de decisão e controle, de

modo que a importância relativa de New York declinou a partir da década de 60. O mesmo se verificou em relação a centros como Philadelphia e Boston, enquanto centros como Los Angeles, Houston, Dallas e Atlanta ampliaram seus papéis de gestão econômica. Por outro lado, cidades menores, mas próximas de New York, foram beneficiadas pela descentralização de sedes de empresas oriundas de New York: Stamford, Fairfield, Greenwich, Wetsport, Wilton e Middlebury, todas no Estado de Connecticut.

Semple, Martz e Green argumentam que esta mudança deve-se a uma maturidade do sistema urbano norte-americano, gerando um significativo processo de realocação das sedes das grandes empresas. Vários centros urbanos passam a oferecer vantagens às atividades de direção, ao mesmo tempo que cidades como New York passam a apresentar deseconomias de escala, para manterem ali as sedes sociais de grandes empresas. Esta mudança, por outro lado, deve-se a um contínuo processo de perdas e ganhos da função de direção em razão de fusões, falências e criação de novas empresas.

Os mencionados autores apresentam, então, um modelo formal que descreve o que seriam as etapas locacionais da função de gestão econômica. Trata-se de uma curva em forma de sino, à semelhança de uma "curva normal", que indica uma fase inicial de dispersão de função de gestão, sua progressiva concentração em um centro qualificado como *corporate primate city* e, a seguir, um processo de descentralização;

c) um centro de direção de um dado tamanho demográfico pode controlar atividades localizadas em centros do mesmo tamanho e mesmo maiores. Assim, segundo Pred, em Baltimore havia estabelecimentos industriais controlados por cidades como Indianapolis, Columbus, Toledo, Omaha e Richmond, entre outras, todas menores que aquela. Chicago, por sua vez, controlava 70 fábricas localizadas em New York, empregando um total de cerca de 35 000 pessoas; Los Angeles controlava 34 fábricas que empregavam cerca de 15 000 pessoas;

d) a área de atuação dos centros de gestão não se limita àquela definida pelas relações comerciais vinculadas à distribuição varejista e à prestação de serviços. Deste modo, a espacialidade da função em pauta não se assemelha àquela das localidades centrais. Por outro lado, não existe uma área de atuação exclusiva de um dado centro de gestão. Assim, por exemplo, segundo Pred, em um centro metropolitano como Atlanta, no sul do país, atuam no controle das fábricas aí localizadas, centros metropolitanos como New York, Chicago, Los Angeles, Philadelphia, Detroit e, entre outras, a pequena cidade de Marshalltown, do Meio Oeste; e

e) existe uma assimetria das estruturas espaciais das grandes organizações, de modo que a localização das sedes e unidades subordinadas de produção e serviços das várias organizações não coincidem umas com as outras. No conjunto, isto gera uma certa especialização funcional dos centros, inclusive na gestão de atividades específicas, bem como uma forte interdependência interurbana.

Os estudos realizados nas duas abordagens revelam uma forte correlação entre a natureza global do sistema urbano de cada país considerado e o papel que seus principais centros desempenham enquanto locais de decisão e controle das atividades econômicas. Assim, a primazia de Paris e Londres é correlata com outros aspectos da vida urbana na França e Grã-Bretanha, assim como a bicefalia australiana e a forte estrutura decisional dispersa da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos. Admitimos que as diferenças encontradas advêm do modo como a acumulação capitalista

originou-se e evoluiu nos diferentes países, repercutindo de modo diverso na espacialidade da função de gestão dos centros urbanos.

OS ESTUDOS SOBRE O BRASIL

Em relação ao Brasil, quatro foram os estudos realizados sobre a função de gestão das atividades econômicas pelos centros urbanos. São os estudos de Corrêa e, de Magnanini e Lima e o de Cordeiro, que consideraram informações relativas às décadas de 60 e 80. Possibilitam eles uma confrontação dos resultados, inclusive em termos temporais, apesar de estarem apoiados em fontes e variáveis distintas.

O primeiro estudo de Corrêa procurou verificar o papel de comando das metrópoles brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, tanto em suas respectivas regiões de influência como no restante do país. Para isto, considerou os seus assalariados externos industriais, isto é, os empregados que trabalhavam em estabelecimentos localizados em outros municípios, que os das nove metrópoles onde situavam as sedes das respectivas empresas. Considerou-se tanto o número de assalariados externos como o grupo de indústria em que trabalhavam. Assim, se em um município de Minas Gerais houvesse uma fábrica têxtil com 537 pessoas ocupadas e a sua sede estivesse na metrópole do Rio de Janeiro, para esta metrópole seriam contabilizados 537 assalariados externos.

A fonte de dados foi o Registro Industrial do IBGE relativo ao ano de 1962, que fornece um amplo conjunto de informações para os estabelecimentos de cinco ou mais pessoas empregadas, totalizando cerca de 42 000 estabelecimentos industriais. O número de pessoas ocupadas e o grupo de indústria foram considerados sempre que o endereço do estabelecimento não coincidia, em termos de município, com o da sede social da empresa a que se vinculava. Os resultados obtidos podem ser sumariados no quadro que se segue:

QUADRO 2

OS ASSALARIADOS EXTERNOS DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS EM 1962

METRÓPOLES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FILIAIS	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS	PORCENTAGEM NA REGIÃO (%)	PORCENTAGEM FORA DA REGIÃO (%)	PRINCIPAIS GRUPOS DE INDÚSTRIA
São Paulo	768	133 289	74,8	25,2	Diversificado
Rio de Janeiro	381	99 013	42,7	57,3	Diversificado
Belo Horizonte	83	23 681	84,9	15,1	Metalurgia; Têxtil
Porto Alegre	104	8 604	89,9	10,1	Papel; Madeiras; Têxtil; Produtos Alimentares
Curitiba	110	4 801	91,6	8,4	Madeiras; Móveis
Salvador	77	9 442	99,2	0,8	Fumo; Açúcar
Recife	73	14 928	97,1	2,9	Açúcar; Têxtil
Fortaleza	39	1 938	98,3	1,7	Óleos Vegetais; Beneficiamento de Algodão
Belém	22	1 237	100,0	—	Madeiras; Borracha; Cimento

FONTE — Corrêa, 1968.

As metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro caracterizavam-se por uma gestão de âmbito nacional, enquanto as demais apresentavam uma atuação espacial em termos nitidamente regionais: esta diferenciação aparece quando se consideram simultaneamente o número de estabelecimentos filiais, o número de assalariados externos, o percentual de assalariados externos dentro e fora da região de influência e os grupos de indústrias controlados.

A metrópole paulista tinha uma base regional de atuação mais sólida que a metrópole carioca, enquanto esta era, em termos relativos, muito mais nacional que São Paulo. A atuação da capital paulista fazia-se forte sobretudo no Vale do Paraíba, Baixada Santista e na região de Campinas, Americana, Piracicaba, Limeira, Rio Claro e São Carlos, no interior próximo a ela, onde atuava através de indústrias diversificadas. Por outro lado, a par de sua atuação predominantemente nacional, a metrópole carioca atuava, de modo significativo, através de empresas vinculadas ao Estado, como se exemplifica com a PETROBRÁS, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis e o Instituto do Açúcar e do Alcool: esta foi uma diferença básica entre a atuação do Rio de Janeiro e São Paulo, esta atuando sem o peso de empreendimentos estatais.

As metrópoles regionais, por sua vez, tinham uma atuação fortemente vinculada às principais atividades econômicas de suas hinterlândias, diferenciando-se muito entre si, como se exemplifica através da comparação entre Belo Horizonte e Recife.

Em termos gerais, os resultados apontaram a existência de um duplo comando das atividades industriais e uma forte correlação entre a importância das metrópoles enquanto centros de gestão e localidades centrais de alto nível hierárquico.

O estudo de Magnanini e Lima considerou os centros de gestão segundo a intensidade e especialização da função de direção e controle a partir do número de sedes sociais ali existentes e do montante de capital + reservas. A fonte de dados foi a revista *Visão* que no número de setembro de 1967 (*Quem é Quem na Economia Brasileira*) indicou a lista de 1 244 maiores empresas públicas e privadas do país, distribuídas pelas seguintes atividades: financeira, industrial (abrangendo 21 grupos), comercial, da energia elétrica, transportes, telecomunicações, gás e água e de publicidade. No estudo em tela, foram consideradas as cidades que controlavam pelo menos 0,1% do montante de capital + reservas e, pelo menos, uma das 1 244 empresas: 93 cidades controlavam ao menos uma empresa, mas apenas 30 atendiam aos dois requisitos. O qua-

dro a seguir apresenta os resultados mais gerais a que chegaram as duas autoras:

QUADRO 3

PODER DE CONTROLE E DECISÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS EM 1966

CIDADES	PERCENTAGEM DO MONTANTE DE CAPITAL MAIS RESERVAS	NÚMERO DE SEDES SOCIAIS
São Paulo	44,20	627
Rio de Janeiro	34,29	324
Brasília	5,68	4
Belo Horizonte	4,15	41
Porto Alegre	2,35	50
Curitiba	0,92	21
Recife	0,87	22
Jundiaí	0,65	8
Goiânia	0,44	5
Fortaleza	0,38	2
Salvador	0,37	4
Campinas	0,35	8

FONTE — Magnanini e Lima, 1971.

São Paulo e Rio de Janeiro controlavam 78,49% do capital + reserva e 76,44% das sedes sociais das principais empresas do país. São Paulo, no entanto, tinha um peso maior que o da metrópole carioca, conforme o quadro indica nitidamente: além disto, era mais importante em 17 dos 21 grupos industriais considerados, superando o Rio de Janeiro no que se referia aos setores financeiro, comercial e de publicidade. A cidade do Rio de Janeiro era, por outro lado, mais importante que São Paulo nos setores de energia elétrica, transportes, telecomunicações, gás e água, em grande parte, graças à presença de empresas estatais aí sediadas.

O estudo em análise indicou ainda a importância da Região Centro-sul do país quanto ao controle das atividades econômicas: as metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba apareciam como sendo mais importantes que as nordestinas, enquanto Belém, a metrópole amazônica, não aparecia entre as primeiras cidades. Considerando os demais centros urbanos, a Região Centro-sul concentrava um número

muito mais elevado de cidades controladoras de grandes empresas: Jundiaí e Campinas e, ainda, São José dos Campos, Santos, Piracicaba, Joinville e Blumenau, entre outras. A posição de Brasília, por outro lado, deve-se ao seu papel como capital político-administrativa nacional, sediando empresas estatais como o Banco do Brasil e a ELETROBRÁS.

Magnanini e Lima consideraram ainda a especialização ou diversificação da atividade de direção e controle exercida pelas cidades brasileiras. Entre os centros diversificados estavam São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Curitiba, entre as metrópoles; Santos, Campinas e Ponta Grossa entre as demais cidades analisadas; entre os centros especializados apareciam Jundiaí, São José dos Campos, Joinville, Piracicaba e Blumenau, na atividade industrial; Fortaleza e Salvador, na financeira; e Goiânia e Florianópolis, na atividade de distribuição de energia elétrica.

Os dois estudos acima analisados colocaram em evidência, em primeiro lugar, a poderosa concentração bicefálica em São Paulo e Rio de Janeiro, ainda que a metrópole paulista apresentasse uma maior magnitude que a carioca. A defasagem entre elas e as demais cidades é enorme. Em segundo lugar foi evidenciada a importância das metrópoles regionais, especialmente aquelas do Centro-sul. Esta região, por sua vez, concentrava um terceiro escalão de cidades que exerciam relativamente um significativo papel de centros de gestão de atividades.

O estudo de Cordeiro considerou os "principais pontos de controle da economia transacional", isto é, os centros de gestão das atividades econômicas. Foram consideradas, de um lado, as informações contidas na revista *Visão* (Quem é Quem na Economia Brasileira) relativas aos anos de 1968 e 1984, e referentes as 1 000 maiores empresas dos setores não-financeiros: cada uma delas possuía um patrimônio líquido (capital social + reservas + lucros ou perdas) superior a 1 milhão de dólares. De outro, foram analisadas as atividades financeiras a partir da mesma fonte e de informações do Guia do Banco do Brasil e da Revista Bancária Brasileira, relativas também aos mesmos anos. Trata-se, portanto, de um estudo que

permite acompanhar a dinâmica recente da função da gestão das atividades em termos de localização.

Em relação ao setor financeiro, verificou-se que houve um nítido processo de concentração espacial da gestão das atividades do setor, o qual ampliou a importância de São Paulo e Brasília em detrimento do Rio de Janeiro, de quase todas as metrópoles regionais, e dos demais centros urbanos em conjunto. A concentração espacial da gestão é, em realidade, paralela à redução do número de empresas do setor. O Quadro 4, elaborado a partir de duas tabelas do estudo em questão, é muito expressivo a este respeito.

Em relação às atividades não-financeiras, foram verificadas, em primeiro lugar, a proeminência e persistência das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro como os principais centros de gestão, apesar da importância relativa delas ter diminuído, e de ter havido um pequeno deslocamento de posição entre elas. O Quadro 5 evidencia isto muito nitidamente. Em segundo lugar, foi constatada a ampliação da importância de Brasília. Todas as metrópoles regionais, por outro lado, também ampliaram suas respectivas participações. Teria ocorrido, então uma certa descentralização da função de gestão, afetando vários centros da rede ur-

bana: isto seria evidenciado pelo fato de que em 1968 as empresas sediadas nas nove metrópoles e em Brasília concentravam 92,3% do total do patrimônio líquido das 1 000 maiores empresas, percentual este que, em 1984, decaiu para 85,5%.

Entre São Paulo e Rio de Janeiro existem diferenças, conforme aponta Cordeiro. Uma das mais significativas reside no fato de que, na metrópole paulista, estão as sedes sociais das principais empresas, enquanto no Rio de Janeiro há um enorme peso das empresas do Estado, entre elas a PETROBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

As conclusões a que a autora chegou são, em linhas gerais, as seguintes:

- a) a função de gestão das atividades está concentrada nos centros metropolitanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e em Brasília, a capital do país;
- b) verificou-se uma maior concentração da função de gestão das atividades financeiras do que das não-financeiras;
- c) São Paulo é, efetivamente, o epicentro do sistema capitalista brasileiro;
- d) as empresas do estado têm como centros de gestão o Rio de Janeiro e Brasília;
- e) as metrópoles regionais comandam atividades diferentes entre si; a importância

QUADRO 4

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCOS COMERCIAIS E DE SEUS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS

CIDADES: SEDE DOS BANCOS	NÚMERO DE BANCOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	
	1968	1984	1968	1984
TOTAL	247	108	100,0	100,0
São Paulo	66	42	30,6	36,2
Rio de Janeiro	55	15	12,6	5,9
Belo Horizonte	13	8	8,5	3,5
Recife	9	4	1,8	0,8
Porto Alegre	12	6	6,5	1,7
Salvador	9	3	3,1	2,4
Fortaleza	5	6	5,7	0,3
Curitiba	3	2	1,2	3,3
Belém	4	2	1,9	0,6
Brasília	2	2	23,6	42,8
Outras	69	18	4,5	2,5

FONTE — Cordeiro, 1986-1987.

QUADRO 5

IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS
PRINCIPAIS CENTROS DE GESTÃO NAS
ATIVIDADES NÃO-FINANCEIRAS
1968-1984

CIDADES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 1%	
	1968	1984
TOTAL	92,3	85,5
São Paulo	43,1	27,3
Rio de Janeiro	36,6	29,7
Belo Horizonte	4,0	6,6
Porto Alegre	2,5	3,0
Curitiba	1,0	1,3
Salvador	0,5	3,1
Recife	1,1	2,3
Fortaleza	0,3	0,6
Belém	0,1	0,3
Brasília	3,1	11,3

FONTE - Cordeiro, 1986-1987.

delas ampliou-se em relação às atividades não-financeiras; e

f) fora do âmbito metropolitano as cidades do Sudeste e Sul aparecem como relativamente importantes centros de gestão de atividades.

O estudo em pauta tem assim resultados comuns com aqueles apresentados anteriormente. Contudo, de modo semelhante, e em função do tipo de informação disponível, levou em consideração as empresas formalmente estabelecidas e não as corporações que são as unidades orgânicas que constituem a base de fato da organização capitalista em sua fase monopolista: a descentralização acima referida pode ser assim um fato aparente e não real. Tratar-se-ia, pelo menos em parte, da criação de empresas subsidiárias, juridicamente autônomas e de direito, sediadas nas metrópoles regionais; no entanto, seriam empresas pertencentes às grandes corporações sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro. Esta é, de fato, uma hipótese que os trabalhos considerados não permitem verificar.

O segundo estudo de Corrêa refere-se aos efeitos de concentração dos bancos comerciais sobre o número de centros de gestão da atividade bancária, ou seja, as cidades onde estão as sedes sociais dos bancos.

A partir da década de 40 verificou-se uma crescente concentração dos bancos e, ao mesmo tempo, enorme dispersão das agências bancárias: assim, o número de bancos passou de 512 em 1941 para 333 em 1961 e 90 em 1985, enquanto o número de agências passou, respectivamente, de 1 134 para 5 247 e 15 070. Esta concentração-dispersão, viabilizada pela reforma financeira de 1964-1967 implicou, entre outros aspectos, em: a) enorme redução dos centros de gestão; b) emergência de um poderoso centro de gestão de âmbito nacional, São Paulo, e perda de importância de outros; c) criação de redes bancárias nacionais e, com isto, uma efetiva integração territorial; e d) ampliação do papel do Estado beneficiando as cidades-capitais.

O estudo refere-se a estas mudanças no período 1961-1985. Assim, o número de centros de gestão diminuiu de 77 para 28, tendo havido a eliminação de numerosas capitais regionais como, entre outras, Sobral, Crato, Campina Grande, Itabuna, Governador Valadares, Uberlândia, Campos, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Londrina, Ponta Grossa, Blumenau e Anápolis. Cidades maiores como Santos e Campinas foram também alijadas da lista dos centros de gestão, o mesmo ocorrendo com centros menores como Parnaíba, Maruim, Pedra Azul, Leopoldina, Cantagalo, Americana, Mococa, Jaú, Nova Esperança, Itajaí e Catalão. Outras perderam a importância que tinham. O Quadro 6 descreve estes e outros aspectos da questão.

O quadro em questão revela a primazia da metrópole paulista que, no período de 1961 a 1985 ultrapassou a cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, estes resultados estão de acordo com aqueles obtidos por Cordeiro. De fato, São Paulo passou a ser o principal centro de gestão da atividade financeira, sediando as principais instituições do setor, entre elas, os dois maiores bancos comerciais privados, cerne de poderosos conglomerados financeiros, o BRADESCO e o Itaú, e o mais importante banco estadual, o BANESPA. A metrópole paulista controla cerca de 40% de todas as agências bancárias do país, atuando, através delas, em todo o Território Nacional.

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO DAS SEDES DE BANCOS
1961-1985.

CIDADES COM SEDES DE BANCOS	NÚMERO DE SEDES	
	1961	1985
TOTAL	333	90
São Paulo	74	29
Rio de Janeiro	101	8
Fortaleza	9	7
Belo Horizonte	14	6
Porto Alegre	10	6
Recife	9	4
Salvador	9	3
Goiânia	2	3
Curitiba	3	2
Brasília	2	2
Belém	5	2
Aracaju	6	2
São Luís	3	1
Natal	2	1
Vitória	1	1
Florianópolis	1	1
João Pessoa	3	1
Juiz de Fora	2	1
Mossoró	2	1
Monte Azul Paulista	2	1
Manaus	1	1
Maceió	1	1
Teresina	1	1
Sete Lagoas	1	1
Porto Velho	—	1
Rio Branco	—	1
Boa Vista	—	1
Cuiabá	—	1
Outras Cidades (53)	69	—

FONTE — Corrêa, 1989.

A primazia de São Paulo no setor financeiro é paralela à sua crescente caracterização como a grande metrópole nacional, sede das mais importantes empresas do setor privado, conforme foi evidenciado por Cordeiro. Esta primazia, por outro lado, resultou de três processos que não são mutuamente excludentes: incorporação de bancos menores, transferência da sede de um centro menor para ela e criação de agências na hinterlândia nacional.

A proeminência de São Paulo está, em realidade, associada à diminuição da importância de outros centros metropolitanos

como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Está, outrossim, associada à criação de redes bancárias nacionais — BRADESCO, Itaú, UNIBANCO, REAL — que, entretanto, não é exclusiva da capital paulista. As metrópoles de Belo Horizonte, Curitiba e Salvador também atuam nacionalmente através, cada uma, de um grande banco de expressão nacional.

A ação do Estado no setor financeiro, através da criação de bancos comerciais, transformou as capitais estaduais em importantes centros de gestão da atividade em tela. Das 16 cidades que em 1985 dispunham de uma única sede de banco, 14 sediavam bancos do Estado, excluindo-se da relação Mossoró e Monte Azul Paulista. Em relação a 1961 foram incluídas as capitais Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá e Boa Vista.

A concentração da gestão da atividade financeira está, assim, associada a um espaço monopolista e não mais ao espaço molecular, pulverizado, com um número maior de centros de gestão (Moreira). Espaço monopolista que tem como foco a metrópole paulista.

Os resultados dos quatro estudos podem ser assim sumariados:

a) a cidade de São Paulo ascende claramente à fundação de principal centro de gestão das atividades do setor privado. Isto está muito evidente tanto no que se refere ao setor industrial como financeiro. Ela é assim o centro focal do capitalismo industrial-financeiro do país;

b) a cidade do Rio de Janeiro, o segundo centro de gestão, apresentou perda de importância nesta função, especialmente no que se refere ao setor financeiro. O fato de ter sido capital do país garante-lhe, contudo, um significativo papel de gestão das atividades econômicas do setor público. Brasília, neste sentido, emerge como importante centro de gestão;

c) as metrópoles regionais constituem um segundo escalão de centros de gestão; contudo, se diferenciam entre si tanto no que se refere ao controle das atividades industriais como financeiras. A dinâmica delas quanto à gestão de atividades é também distinta; e

d) nas Regiões Sudeste e Sul aparecem centros do terceiro escalão no que tange à função de gestão. Tendem a ser especializados numa ou noutra atividade. No entanto, nestas regiões, muitos destes centros foram, no decorrer do período 1961-1985, eliminados. Hipotetiza-se que muitos outros, no entanto, emergiram e se firmaram como centros de gestão.

Todos os estudos caracterizam-se, por outro lado, como a maior parte dos estudos relativos a outros países, por serem descritivos e classificatórios, não abordando a natureza e o significado da função de controle, nem os impactos territoriais derivados da atuação das grandes corporações. Acreditamos que o Brasil apresenta-se como um vasto campo para pesquisas sobre o assunto em pauta, pelo menos, pelas seguintes razões:

a) além das grandes corporações multinacionais que atuam sobre amplo território — Bunge y Born, Nestlé e British American Tobacco, entre outras — existem grandes corporações nacionais — Votorantim, Brahma e BRADESCO, entre outras — assim como poderosas empresas e corporações do Estado, como se exemplifica com a PETROBRÁS e a Companhia Vale do Rio Doce. Pode-se então investigar, por exemplo, se as práticas econômico-espaciais e os consequentes impactos são os mesmos, bem como quais são as relações político-espaciais entre os três tipos de agentes;

b) o país possui amplo território para ser efetivamente explorado pelas grandes cor-

porações, ou seja, possui uma vasta fronteira para o capital viabilizar-se, produzindo uma organização espacial de acordo com seus interesses e contradições;

c) existem, por outro lado, e sobretudo na Região Centro-sul, grupos econômicos locais e regionais que, sem se contraporem às grandes corporações, apresentam uma relativamente forte atuação em alguns espaços regionais ou locais, instaurando especializações produtivas que inserem estes espaços, de modo muito singular, na divisão territorial do trabalho. As estratégias e os impactos resultantes da ação destes grupos econômicos constituem um relevante tema sobre gestão do território.

Os estudos sobre os centros de gestão das atividades econômicas, ou seja, os centros de gestão do território, tornam-se, neste sentido, extremamente relevantes para se compreender a organização do espaço brasileiro e sua dinâmica. Deverão avaliar a força da metrópole paulista e a atuação dos outros centros de gestão: Rio de Janeiro, Brasília, as metrópoles regionais e outros centros urbanos, contribuindo, assim, para a compreensão de uma organização espacial que é, em sua natureza, dinamicamente desigual. Deverão, ainda, servir de base para estudos de casos, seja uma específica corporação seja um determinado centro de gestão. Tais estudos deverão, entre outros aspectos, avaliar os impactos sobre a organização sócio-espacial.

BIBLIOGRAFIA

- BORCHERT, J. R. Major control points in American economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 62 (2): 214-232, 1978.
- CORDEIRO, H. K. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, 16-17 (31-34), 1987, 153-196.
- CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 30 (2): 56-86, 1968.
- _____. Concentração bancária e centros de gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 51 (2), 1989.
- GOODWIN, W. The management center in the United States. *Geographical Review*. New York, 55 (1): 1-16, 1965.
- JUILLARD, E. L'urbanisation des campagnes en Europe Occidentale. *Études Rurales*. Paris, 1, 1961, 18-33.
- GOTTMANN, J. *Megalopolis. The urbanized northeastern seaboard of the United States*. New York, The MIT Press, 1961, 810 p.

- LABASSE, J. *Les Capitaux et la région. Étude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise.* Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1955, 534 p.
- MAGNANINI, R.; LIMA, O. M. B. Uma medida da função da direção das cidades brasileiras. *Boletim Carioca de Geografia.* Rio de Janeiro, 22, 1971, 129-147.
- MOREIRA, R. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1985, 215 p.
- PRED, A. L. *Major job-providing organizations and systems of cities.* Commission on College Geography, Association of American Geographers, Resource Paper 27, Washington, 1974, 69p.
- ROCHFORT, M.; HAUTREUX, J. *La fonction régionale dans l'ar mature urbaine française.* Paris. Ministère de la Construction et de l'Équipement. 1963, (mimeografado).
- SEMPLE, R. K.; MARTS, D. J. F.; GREEN, M. B. Perspectives on corporate headquarter relocation in the United States. *Urban Geography,* Silver Spring, 6 (4): 370-391, 1985.
- SEMPLE, R. K.; PHIPPS, A. G. The spatial evolution of corporate headquarter within the urban system. *Urban Geography,* Silva Spring, 3 (3): 258-279, 1982.
- STRINCKLAND, D.; AIKEN, M. Corporate influence and the German urban system: headquarter location of German industrial corporations, 1950-1982. *Economic Geography,* Worcester, 60 (1): 38-54, 1984.
- TAYLOR, M. J.; THRIFT, N. Large corporations and concentration of capital in Australia: a geographical analysis. *Economic Geography,* Worcester, 56 (4): 261-280, 1980.

RESUMO

Este estudo constitui-se em uma revisão dos estudos sobre os centros de decisão, especialmente aqueles do Brasil, onde quatro estudos foram realizados. O primeiro deles considera dados relativos ao ano de 1962 relativos ao controle externo do emprego industrial (Corrêa, 1968), enquanto o segundo Magnanini e Lima, 1971) considera os dados relativos a 1968 sobre a localização das sedes sociais das principais empresas do país. O estudo de Cordeiro (1987) analisa a evolução da importância dos centros de decisão apoiado em dados relativos aos anos de 1968 e 1984.

Finalmente, o estudo de Corrêa (1989) considera a dinâmica da concentração bancária e seus efeitos sobre os centros de decisão.

O estudo finaliza com sugestões para futuras pesquisas.

ABSTRACT

This study is a review of the management center studies, mainly those concerned to Brazilian centers. Four studies were done. The first one considers 1962 data on external controlled industrial employment (Corrêa, 1968), the second one (Magnanini and Lima, 1971) considers 1968 data on headquarter location. The study done by Cordeiro (1987) analyses the evolution of the importance of management centers based in 1968 and 1984 data. Finally, Correa study (1989) considers the dynamic of bank concentration and its effects on management centers.

The paper ends with suggestions for further studies.